

Acessibilidade e inclusão em bibliotecas

um olhar para as pessoas com deficiência visual

Michelle Silva Galvão¹

1 - INTRODUÇÃO

Todas as pessoas têm direito à informação, seja ela escrita, falada ou acessada por meio das tecnologias de informação e comunicação. Sendo a biblioteca o “templo do saber”, as discussões sobre biblioteca inclusiva precisam tornar-se recorrentes, uma vez que recai sobre ela um papel colaborativo no processo de aquisição da informação pelos usuários com deficiência, de modo particular, os deficientes visuais. Pensando nisso, este artigo pretende lançar mais luz neste tema e tem como objetivo refletir sobre o papel das bibliotecas na inclusão de pessoas com deficiência visual.

A fim de melhor elucidar cada tópico apresentado, adotou-se aportes teóricos sobre conceitos relacionados a essa temática. A seção nomeada “Deficiência e inclusão” traz o conceito de deficiência e deficiência visual, segundo Diniz (2007); dados sobre deficiência visual no país, leis e decretos que garantem acessibilidade nos espaços; a discussão sobre medidas que garantam a inclusão das pessoas com deficiência também permeia a seção.

Não há como falar de biblioteca inclusiva, com material acessível para pessoas com deficiência visual, sem antes discorrer sobre o sistema que é a base de escrita da pessoa cega: o braille. Na segunda seção, o sistema braille será apresentado com um breve histórico – endossado por Lemos; Venturini; Rossi (2009)

¹ Formada em Letras e pós-graduada em Língua Portuguesa e sua Literatura pela Universidade de Pernambuco – UPE. Formada em Biblioteconomia pelo Centro Universitário Assunção - UNIFAI e pós-graduada em Big Data e Comunicação pela Anhembi Morumbi. Coordenadora da Comissão de Ética do Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo, triênio 2021-2023. Atualmente coordena a Biblioteca Louis Braille do Centro Cultural São Paulo. michellesgalvao@hotmail.com

e Oliveira; Melo (2019) – do seu criador, Louis Braille, mas também sobre como o sistema chegou até o Brasil e, posteriormente, foi difundido.

Na seção 4, denominada “Biblioteca e inclusão”, são apresentadas algumas considerações sobre a importância da biblioteca na inclusão de pessoas com deficiência visual; dados sobre as primeiras bibliotecas voltadas ao público cego no Brasil e as que se destacam, bem como seus serviços.

É importante ressaltar que, embora seja de indiscutível importância a existência de biblioteca inclusiva, ou ao menos uma seção com material acessível nas unidades de informação – seja em braille, audiolivro, tecnologia assistiva, entre outros – não há um número suficiente desses espaços (ou acervo) para contemplar o contingente de pessoas com deficiência Brasil afora. É com essa reflexão, pensando, numa solução emergente, que na conclusão apontamos a cooperação entre os serviços de bibliotecas como solução para essa questão.

2 - DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO

Durante muito tempo, a deficiência foi compreendida como uma desvantagem biológica. Sendo um campo dominado por estudos biomédicos, a deficiência era entendida apenas como a manifestação de uma lesão que impõe restrições à participação social de uma pessoa. Ou seja, um conceito que considera o indivíduo com deficiência como anormal, fora dos padrões e que precisa ficar à margem, uma vez que não consegue se adaptar, pois lhe “falta algo”. No entanto,

“[...] deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente. Assim como outras formas de opressão pelo corpo, como o sexismo ou o racismo, os estudos sobre deficiência descortinam uma das ideologias mais opressoras de nossa vida social: a que humilha e segrega o corpo deficiente” (DINIZ, 2007, p. 9-10).

Sob essa ótica – que gradualmente vem avançando, graças a estudos realizados com afinco desde a década de 1970 – entende-se que a “falta” recai sobre a sociedade

pouco ou nada sensível à compreensão da diversidade corporal.

Desde o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, em 1981², passou-se a adotar a expressão “Pessoa com deficiência”, que demonstra a deficiência como uma característica do indivíduo no contexto social. De acordo com o art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência:

Pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Segundo o censo brasileiro de 2010 (INSTITUTO..., 2010), 23,9% (45,6 milhões de pessoas) declararam ter algum tipo de deficiência. Entre as deficiências declaradas, a mais comum foi a visual, atingindo 3,5% da população. São números expressivos e nos mostram quão emergente é a criação de políticas públicas na organização social do país, de modo a promover a acessibilidade e garantir às pessoas com deficiência condições para que usufruam de espaços e serviços, meios de comunicação e informação.

Já há leis específicas que tratam dos critérios da promoção da acessibilidade – como a Lei nº 13.146 de 2015 (BRASIL, 2015), mencionada anteriormente, o Decreto nº 5.296 de 2004 (BRASIL, 2004), que detalha a obrigatoriedade do atendimento prioritário, as condições arquitetônicas de acessibilidade, a **Lei nº 11.126 de 2005 (BRASIL, 2005)**, que garante à pessoa com deficiência visual o direito de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia, entre vários outros direitos para esse público – e o objetivo delas é garantir que todos tenham autonomia e direitos garantidos. No entanto, nenhuma lei é efetivamente suficiente para garantir acessibilidade se as barreiras atitudinais não forem rompidas. Vez ou

² No artigo: DICHER, M.; TREVISAM, E. A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana. *In*: CONPEDI (org.). **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. 1ed. João Pessoa: CONPEDI, 2015. v. 1, p. 254-276. [XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2014, João Pessoa, PB]. Disponível em: publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b. Acesso em: 27 ago. 2022.

outra, a pessoa com deficiência precisa lidar não apenas com obstáculos e burocracias, mas com o desconhecimento da sociedade e o preconceito silencioso e opressivo do outro.

Nossa linguagem está impregnada de expressões jocosas, eufemismos violentos e discriminatórios, como “aleijado”, “manco”, “pessoa especial”, “retardado” e tantas outras que ainda permeiam nosso léxico. Sassaki (2003) nos diz que “[...] a construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a linguagem. Na linguagem se expressa, voluntaria ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiências.” Partindo desse pressuposto, o modo como nos referimos às pessoas com deficiência é um ponto de partida para o respeito e a dignidade.

O conceito de “incluir” define-se como “[...] compreender; introduzir; passar a pertencer a [...]” (INCLUIR, 2022). Assim, infere-se que inclusão está diretamente ligada ao princípio de igualdade de direitos entre as pessoas. Incluir é fazer o outro pertencer, também, a um grupo, a um meio.

3 – SISTEMA BRAILLE

3.1 Louis Braille

Louis Braille nasceu em 1809, numa cidade do interior da França. Aos três anos de idade brincava na oficina de seu pai - que era sapateiro - quando perfurou, acidentalmente, o olho esquerdo com uma ferramenta. O ferimento teve graves problemas e, alguns meses mais tarde, a infecção atingiu o outro olho, deixando-o totalmente cego. Mesmo convivendo com a cegueira, Louis Braille frequentou a escola com outras crianças videntes, mas apenas como ouvinte (LEMOS; VENTURINI; ROSSI, 2009).

Dadas as dificuldades que enfrentou em seus estudos, desde cedo Louis Braille se preocupou com a possibilidade de criação de um sistema de escrita para cegos. Uma escrita tátil em relevo, utilizada por militares da época, denominada “escrita noturna”, havia sido adotada no Instituto Real para Cegos de Paris - onde Louis

Braille estudava desde os 10 anos de idade, como bolsista. Não obstante, era bastante complexo, além de apresentar algumas dificuldades, como a falta de ortografia, pois não havia símbolos para acentos, pontuação, números, entre outros. Tão logo ganhou habilidade com o sistema, Louis identificou os problemas inerentes a ele e começou a pensar em possíveis modificações a fim de simplificá-lo. Até que o aperfeiçoou, chegando aos seis pontos e 63 combinações possíveis. Cada combinação formava uma letra do alfabeto, além das pontuações, acentos, notações musicais... Nascia, assim, o “Sistema Braille”, que foi bem aceito pelos demais estudantes, mas precisou ser submetido à discussão pela direção da escola, para só então ser aceito e adotado. O sistema foi concluído em 1824, juntamente com o aparelho de escrita braille, a reglete, quando seu inventor tinha apenas 15 anos de idade (LEMOS; VENTURINI; ROSSI, 2009).

Nesse período (1830), a imprensa de Gutenberg chegou à França, difundindo salas de leituras e bibliotecas com empréstimos de livros. Contudo, essa invenção teria pouco ou nenhum efeito para a pessoa com deficiência visual se não fosse a criação do braille, pois antes desse sistema, a pessoa cega não conseguia sequer escrever. Foi um marco na relação dos cegos com a cultura escrita (LEMOS; VENTURINI; ROSSI, 2009).

3.2 O sistema Braille no Brasil

José Alvares de Azevedo, cego de nascença, foi enviado aos 10 anos de idade a Paris para estudar. Permanecendo lá por seis anos teve a oportunidade de aprender o sistema braille. Ao retornar, em 1850, Azevedo não só escreveu artigos falando sobre a educação de crianças e jovens cegos, como ensinou o sistema de escrita em relevo para diversas pessoas, entre elas, a filha do médico da Corte Imperial. Ao conseguir uma entrevista com o imperador D. Pedro II, apresentou a leitura e a escrita em braille. Impressionado com o que viu, o imperador determinou que fosse providenciada a instalação de uma escola para cegos no Rio de Janeiro. Em setembro de 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant³,

³ Atualmente, o Instituto é referência nacional na educação e capacitação profissional de pessoas com deficiência visual. Referência nesta área, capacita profissionais e assessora instituições públicas e

foi inaugurada. Nascia a primeira escola para pessoas cegas do Brasil. Azevedo, contudo, não chegou a ver seu sonho concretizado, pois falecera meses antes da inauguração. Dois anos depois, teve início a produção de livros em braille nas dependências do Instituto (OLIVEIRA, 2019).

Embora tenha sido plenamente aceito no Brasil, o braille precisou sofrer algumas alterações ao longo dos anos, em decorrência das reformas ortográficas da Língua Portuguesa. Em 1946, a então jovem cega Dorina de Gouvêa inaugurou a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, hoje Fundação Dorina Nowill para Cegos (FDNC), com o objetivo de produzir livros acessíveis e atuar nas áreas de educação e reabilitação de pessoas com deficiência visual. Apesar disso, como afirmou (OLIVEIRA, 2019, p.19), “[...] as conquistas educacionais das pessoas com deficiência só se consolidaram em 1961, com a entrada em vigor da Lei nº 4.024 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)”, que discorre sobre o atendimento educacional às pessoas com deficiência.

3.3. O braille na atualidade

Desde a década de 1980, com o advento dos *softwares* para a produção de textos e das impressoras automatizadas, a produção de livros em braille tornou-se mais fácil e rápida. O que permitiu um significativo aumento na oferta de livros. Além disso, obras faladas e digitalizadas, *softwares* leitores de tela e outros recursos tornam o acesso à informação possível para as pessoas com deficiência visual, o que lhes tem proporcionado educação e profissionalização. Entretanto, a tecnologia deve ser encarada como um recurso a mais e não como um substituto do braille.

A palavra escrita está em toda parte para quem enxerga, mas, para a pessoa cega, apenas a alfabetização braille a fará sentir e tocar as palavras em seu próprio tempo. Por isso, o sistema braille é, ainda hoje, a principal ferramenta que a pessoa com deficiência visual possui para integrar-se à cultura escrita, uma vez que a

privadas no atendimento às necessidades desse público. Através da Imprensa Braille, edita e imprime livros e revistas para pessoas cegas e com baixa visão que é distribuído para instituições pública e privadas e pessoas físicas. Fonte: <https://www.gov.br/ibc/pt-br>. Acesso em: 25 set. 2022.

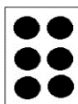
[...] verdadeira educação de crianças cegas só acontece quando elas dispõem de livros que contenham a representação dos símbolos da matemática, química, física e de outras ciências e a impressão, em relevo, de tabelas, gráficos, mapas, figuras geométricas e outras ilustrações que lhes forneçam os mesmos dados oferecidos aos estudantes videntes. E o que dizer dos surdocegos, que têm o braille como forma única de escrita e leitura e, conseqüentemente, como meio exclusivo de acesso à educação, à cultura e à informação? (OLIVEIRA, 2016).

Desse modo, compreende-se a relevância do braille para as pessoas com deficiência visual, pois é um importante mecanismo de independência, autonomia e lazer. Entrar sozinha em um elevador, encontrar a marca de um produto no supermercado, administrar um remédio de forma segura, entre outras atividades tão comuns e corriqueiras a quem enxerga, é desempenhada com facilidade pelo cego que domina o braille.

3.4 Apresentação do sistema braille

O caractere braille compõe-se de uma célula (ou cela) formada por seis posições que podem ou não ser preenchidas com pontos. Estes seis pontos formam o chamado símbolo universal ou sinal fundamental:

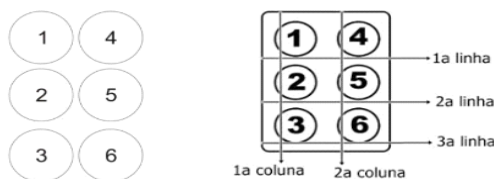
Figura 1 - Cela braille - Símbolo universal



Fonte: Elaboração da autora, com base em TILLMANN; POTTMEIER, 2014

Existem 63 combinações possíveis para os pontos do caractere braille, além do espaço vazio. Os pontos são numerados em duas colunas, de três pontos cada. Na coluna à esquerda ficam os três pontos numerados como 1, 2 e 3. Os três pontos na coluna à direita, numerados como 4, 5 e 6:

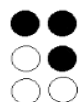
Figura 2 - Celas braille em colunas



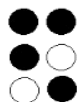
Fonte: Elaboração da autora, com base em TILLMANN; POTTMEIER, 2014

Assim, identificaremos os caracteres nomeando os pontos que os compõem.
Por exemplo:

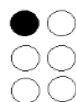
Figura 3 - Células braille: a) letra "D"; b) letra "À"; c) letra "A"



P145



P1246



P1

Leia-se: Ponto 1, 4 e 5

Leia-se Ponto 1, 2, 4 e 6

Leia-se Ponto 1

Fonte: Elaboração da autora, com base em TILLMANN; POTTMEIER, 2014

Cada letra do alfabeto em tinta possui um correspondente em braille. O alfabeto é mais fácil de ser assimilado quando separado em três linhas distintas.

Na primeira linha, temos as letras de “a” a “j”:

Figura 4 - Primeira linha do alfabeto em braille

a	b	c	d	e	f	g	h	i	j

Fonte: Elaboração da autora, com base em OLIVEIRA, 2019

Na segunda linha adiciona-se o ponto 3 às letras da linha anterior:

Figura 5 - Segunda linha do alfabeto em braille

k	l	m	n	o	p	q	r	s	t

Fonte: Elaboração da autora, com base em TILLMANN; POTTMEIER, 2014

Para a terceira linha, adiciona-se o ponto 6 às letras da linha anterior:

Figura 6 - Primeira linha do alfabeto em braille

u	v	x	y	z

Fonte: Elaboração da autora com base em TILLMANN; POTTMEIER, 2014

A letra “w” foi incluída posteriormente, porque não fazia parte do alfabeto francês quando o braille foi instituído. Por isso, a combinação para “w” segue uma regra diferente, e tornou-se o “r” espelhado. O mesmo ocorre como o “ç”, que é o “y” invertido. Vejamos:

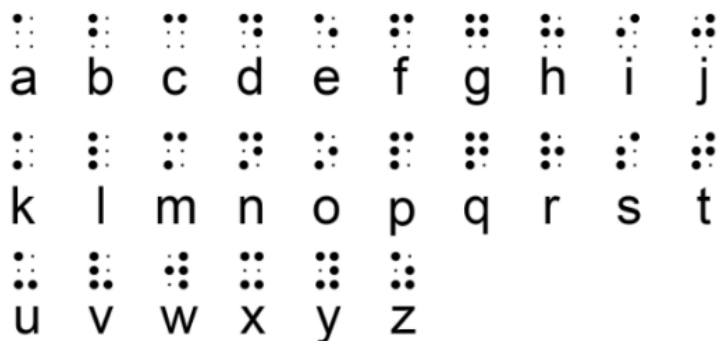
Figura 7 - Primeira linha do alfabeto em braille

r	w	y	ç

Fonte: Elaboração da autora, com base em TILLMANN; POTTMEIER, 2014

Segue o alfabeto completo:

Figura 8 - Alfabeto em braille

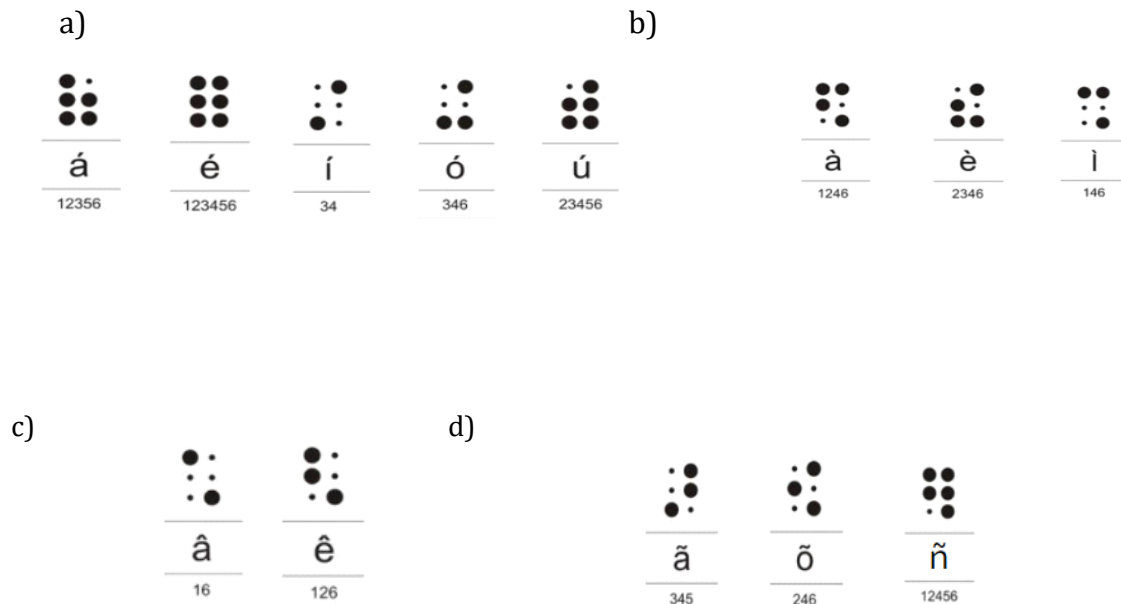


Fonte: Elaboração da autora, com base em TILLMANN; POTTMEIER, 2014

3.4.1 Acentuação

Em braille, cada letra acentuada possui seu caractere distinto:

Figura 9 - Acentuações em braille: a) acento agudo; b) acento grave; c) circunflexo; d) til

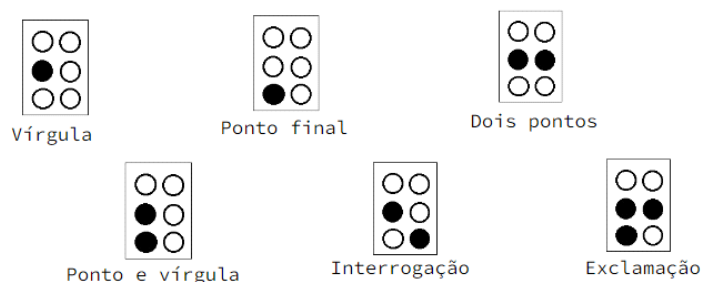


Fonte: Elaboração da autora, com base em TILLMANN; POTTMEIER, 2014

3.4.2 Pontuação

Cada pontuação também possui seu próprio sinal:

Figura 10 - Pontuações braille

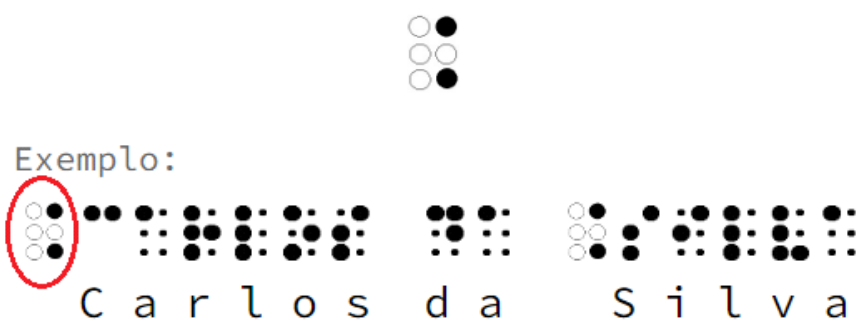


Fonte: Elaboração da autora, com base em TILLMANN; POTTMEIER, 2014

3.4.3 Modificadores

Para designar que a inicial de uma palavra está em letra maiúscula, utiliza-se o sinal de maiúscula imediatamente antes da palavra, com os pontos 4 e 6:

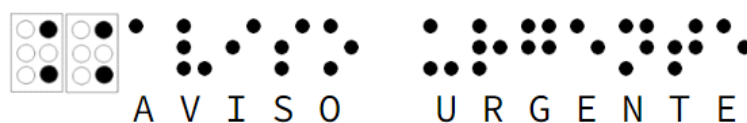
Figura 11 - Modificador de maiúscula em braille



Fonte: Elaboração da autora, com base em TILLMANN; POTTMEIER, 2014

Com um texto de até 3 palavras todo em *caixa alta* dobra-se o sinal de maiúsculas antes da primeira palavra, por exemplo:

Figura 12 - Modificador "Caixa alta"

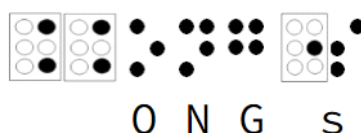


Fonte: Elaboração da autora, com base em TILLMANN; POTTMEIER, 2014

3.4.4 Minúsculas

Para mostrar a transição de uma palavra escrita em caixa-alta para as minúsculas, utiliza-se o ponto 5, conforme o exemplo:

Figura 13 - Modificador de minúscula

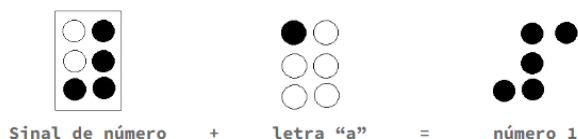


Fonte: Elaboração da autora, com base em TILLMANN; POTTMEIER, 2014

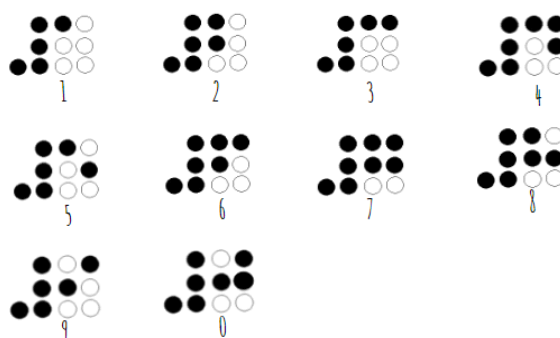
3.4.5 Números

As letras de “a” a “j” são usadas para formar os algarismos de 1 a 9 e mais o 0, bastando adicionar o sinal de número, formado pelo sinal p3456, antes delas. Da seguinte forma:

Figura 16 - Números em braille



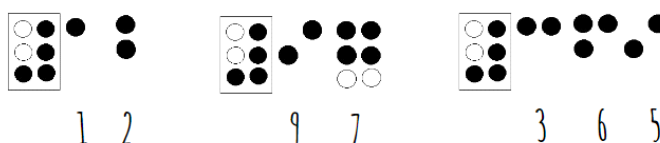
NÚMEROS EM BRAILLE



Fonte: Elaboração da autora, com base em TILLMANN; POTTMEIER, 2014

Para formar números com mais dígitos, basta colocá-los juntos, desde que indicados pelo mesmo sinal de número. Vejamos:

Figura 17 - Números em braille com mais de um dígito



Fonte: Elaboração da autora, com base em TILLMANN; POTTMEIER, 2014

3.4.6 Ferramentas de escrita braille

A escrita manual em braille pode ser feita com o uso da reglete e punção ou com a máquina de datilografia. A primeira consiste numa prancheta com guias para os pontos braille, marcados com o uso da punção, um a um, podem ser de metal ou plástico. São portáteis e, desde sua primeira versão, feita por Louis Braille, sofreu

algumas modificações ao longo dos anos. Podem ser positivas ou negativas. As negativas marcam o ponto no verso do papel, a escrita é feita da direita para a esquerda (ao contrário, como se espelhada). As positivas marcam a frente do papel e seguem a direção usual (da esquerda para a direita).

Figura 18 - Ferramentas de escrita braille; a) reglete negativa, prancheta e punção; b) reglete positiva de plástico e punção

a)



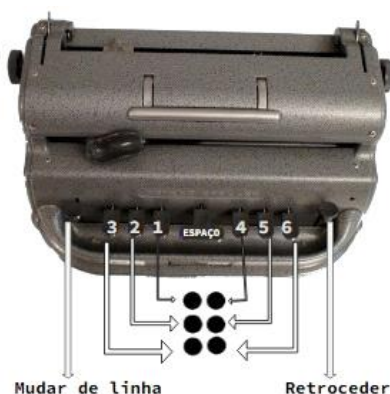
b)



Fonte: Google imagens

Com a máquina de datilografia braille, a escrita se dá de modo mais rápido e prático, letra por letra, com a ajuda de seis teclas. Cada ponto possui uma tecla própria, além de teclas para espaço, mudança de linha e retrocesso. Para formar um caractere, os pontos são pressionados simultaneamente.

Figura 18 - Máquina de datilografia braille



Fonte: Fotografia e arte elaborada pela autora

Há outras ferramentas que auxiliam a leitura braille, como a linha braille, um dispositivo de leitura e escrita para uso junto de computadores ou celulares. Através de um mostrador interativo, os caracteres da linha surgem em braille conforme o que está em foco na tela. A vantagem está em ler textos digitais através do braille e de editar o texto enquanto se escreve.

Figura 20 - a) Pessoa usando a linha braille plugada ao celular; b) Linha braille

a)



b)



Fonte: Google imagens

4 – BIBLIOTECA E INCLUSÃO

A biblioteca, sabe-se, é uma das principais fontes de acesso ao conhecimento. A biblioteca pública é mais do que isso, democrática em sua essência, é ponto de encontro. Para as pessoas com deficiência visual, que não dispõem de tantas obras em braille no mercado editorial⁴, encontram na biblioteca pública o espaço não somente do acesso à informação, mas o da socialização e partilha de experiências.

No Brasil, segundo o Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais (2010)⁵, só 9% das bibliotecas públicas municipais têm seção braille. No Rio de Janeiro, onde se encontra o Instituto Benjamin Constant (IBC), somente 4% das bibliotecas públicas municipais (de um total de 138) oferecem serviços para pessoas

⁴ A indústria editorial braille no Brasil - editoração, impressão e distribuição do livro - concentra-se, principalmente, em duas instituições: Instituto Benjamin Constant (IBC), no Rio de Janeiro, e a Fundação Dorina Nowill para Cegos (FDNC), em São Paulo.

⁵ Realizado pela Fundação Getúlio Vargas para o Ministério da Cultura, Secretaria de Articulação Institucional, Diretoria de Livro e Literatura, Fundação Biblioteca Nacional, Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

com deficiência visual. E em São Paulo, sede da Fundação Dorina Nowill para Cegos, apenas 15% das bibliotecas públicas municipais (de um total de 674) têm serviços voltados às pessoas com deficiência visual. São dados preocupantes, visto que é papel da biblioteca pública fomentar o acervo com livros em formato acessível para garantir o repertório informacional e cultural das pessoas com deficiência visual.

O mais antigo registro encontrado sobre uma biblioteca para cegos no Brasil é o da Associação Promotora de Instrução e Trabalho para os Cegos (APIT), na cidade de São Paulo. Quatorze cegos assinaram seu manifesto de lançamento e consta a criação de uma biblioteca. A APIT encontra-se ainda ativa atualmente, mas a biblioteca não foi adiante (GIL, 2012 *apud* MALHEIROS; CUNHA, 2018).

Segundo Masini (2014) foi instalada uma biblioteca braille na Escola Caetano de Campos, na cidade de São Paulo, em 1943. A então jovem Dorina de Gouveia Nowill foi convidada a se matricular sendo a primeira aluna cega dessa escola.

Em 1946, Dorina Nowill fez estágio na Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, na capital paulista, e ajudou a criar o Setor de Livros em Braille dessa biblioteca. Logo crianças cegas passaram a frequentá-la. Deu-se início ao primeiro serviço para cegos em uma biblioteca pública no Brasil. Anos antes, Dorina, percebendo a carência de livros feitos em braille no Brasil, criou, com um grupo de amigas, a Fundação Para o Livro do Cego do Brasil, posteriormente chamada de Fundação Dorina Nowill para Cegos (FDNC) (NOWILL, 2002).

Com o crescimento da produção impressa da FDNC, ocasionou, conseqüentemente, a expansão do acervo em braille da Biblioteca Monteiro Lobato. Em 1971, a Fundação doou ao município os livros produzidos por tantos anos pelo seu corpo editorial. Surgia, assim, a necessidade de um espaço maior para abrigá-los. No entanto, só na década de 1980 este espaço surgiu, com a inauguração do Centro Cultural São Paulo (CCSP). Nasceu, então, a Biblioteca Louis Braille do CCSP (BLB/CCSP), voltada exclusivamente para o público cego.

Segundo informações disponibilizadas no *site* do Centro Cultural São Paulo⁶, a BLB, como carinhosamente é chamada por seus frequentadores, oferece, desde então, um espaço amplamente acessível: mesas de estudo, tecnologia assistiva,

⁶ Disponível em: http://www.centrocultural.sp.gov.br/livreacesso/biblioteca_braille.html. Acesso em: 20 set. 2022.

estantes de livros em braille e áudio – composto por mais de 4 mil títulos de diversos gêneros literários – além de cabine de gravação de audiolivros e produção de livros em braille. Oferece, ainda, curso do sistema braille e realiza empréstimos para pessoas cegas de todo o território nacional, por meio do cecograma (um serviço gratuito dos Correios)⁷. Além disso, o espaço atua também como editora, já que os livros são produzidos pela equipe (constituída por pessoas cegas e com baixa visão) e por voluntários. Entre outras atividades culturais voltadas para esse público.

As bibliotecas são um importante instrumento de inclusão para esses usuários, fornecendo a informação adaptada e necessária a seu desenvolvimento. Não obstante, são poucas as bibliotecas criadas especificamente para usuários cegos; em geral, quando as bibliotecas disponibilizam material acessível são concentrados no serviço de referência. É perceptível a contribuição da BLB para a comunidade cega, não apenas para a cidade de São Paulo, como para o território nacional, mas é apenas um modelo daquilo que deveria existir em maior escala.

Embora esteja previsto no artigo 68 do Estatuto da pessoa com deficiência que cabe ao poder público adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis com o objetivo de garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura (BRASIL, 2017), as bibliotecas criadas especificamente para esses usuários são rarefeitas e, em geral, seus serviços concentram-se no atendimento de referência ou numa seção à parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da construção deste artigo podemos inferir que a criação do sistema braille foi um marco na promoção da autonomia cultural e informacional das pessoas com deficiência visual. Mas isso não basta. É preciso a oferta de material acessível para garantir o acesso à leitura e à informação a um número cada vez maior dessas pessoas.

7 NE: Para saber mais: <https://facilitandoacessibilidade.wordpress.com/2015/04/02/o-que-e-cecograma/>. Acesso em: 26 set. 2022.

As bibliotecas, sejam elas públicas, universitárias, escolares etc., entram em cena como ponto fundamental nesse processo. Seu acervo precisa ser desenvolvido de maneira que os usuários com deficiência visual sejam contemplados também.

Além do desenvolvimento da coleção do acervo, a criação de uma rede cooperativa entre as bibliotecas de todo o país parece ser uma alternativa plausível e passível de realização. O material seria enviado através de uma rede de bibliotecas cooperativas, por meio do cecograma dos Correios. Seria uma forma de fazer chegar aos usuários, de forma eficaz, livros falados, revistas e publicações em braille sem custo algum para nenhuma das partes envolvidas.

Seria a integração dos produtos e serviços de informação distribuídos de maneira sustentável e o profissional bibliotecário, de modo particular, é agente propulsor dessa empreitada. Que mais e mais pessoas surjam com o interesse de encontrar soluções para fazer chegar a um maior número de crianças e adultos leitores a informação acessível e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0424.htm. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. Lei Nº 11.126, de 27 de junho de 2005. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 jun. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#:~:text=Art.%202%C2%BA%20Considera%2Dse%20pessoa,condi%C3%A7%C3%B5es%20com%20as%20demais%20pessoas. Acesso em: 28 mar. 2021.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Braziliense, 2007.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Relatório Anual 2019**. São Paulo, [2020?]. Disponível em: http://fundacaodorina.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Relatorio-Anual-2019_final_pdf_acessivel.pdf. Acesso em: 10 mar de 2021.

INCLUIR. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/incluir/>. Acesso em:

LEMONS, Edison Ribeiro; VENTURINI, Jurema Lucy; ROSSI, Teresinha Fleury de Oliveira. **Louis Braille: sua vida e seu sistema**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo brasileiro de 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2018&id_pagina=1. Acesso em 23 abr. 2021.

MALHEIROS, Tania Milka; CUNHA, Murilo Bastos da. As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiência visual. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, jan./abr. de 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/114512>. Acesso em: 8 de ago. 2022

MASINI, E. F. S. **O perceber de quem está na escola sem dispor da visão**. São Paulo: Cortez, 2014.

NOWILL, D. G. Fundação Dorina Nowill para cegos. *In*: MASINI, E. F. S. (org.). **Do sentido, pelo sentido, para o sentido**: sentido das pessoas com deficiência sensorial. Niterói: Intertexto; São Paulo: Vetor, 2002.

OLIVEIRA, Josélia de Jesus Araújo Braga de; MELO, José Carlos de. O Sistema Braille no processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência visual: da educação infantil ao ensino superior. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 4, ed. 10, v. 13, p. 63-73, out. 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/sistema-braille>. Acesso em: 7 de jul. 2022.

OLIVEIRA, Regina. Braille nos dias de hoje: objeto de vitrine ou ferramenta indispensável? **DIVERSA - Educação inclusiva na prática. 2016**. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/braille-nos-dias-de-hoje-objeto-de-vitrine-ou-ferramenta-indispensavel/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Termionologia sobre deficiência na era da inclusão**. 2003 Disponível em:

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA SOBRE DEFICIENCIA NA ERA DA.pdf?1473203540> . Acesso em: 14 mar. 2022.

TILLMANN, Luana; POTTMEIER, Sandra. As Letras em Relevo sob nossos Dedos: Conhecendo o Sistema Braille. **Revista Científica CENSUPEG**, v. 1, n. 9, p. 3-14, 2. sem. 2014.